

CORITIBA SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL
 CNPJ nº 45.240.156/0001-88 NIRE 41300314951
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convidados os Senhores Acionistas da **CORITIBA SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL**, a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se, em primeira convocação, às 10 horas do dia 23 de abril de 2024, na modalidade **SEMIPRESENCIAL**, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) Exame, discussão e votação do Relatório de Administração, Demonstrações Contábeis e Parecer dos Auditores Independentes referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (b) Destinação do resultado da Companhia do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (c) Remuneração Global da Administração da Companhia; (d) Exame, discussão e votação do Regimento Interno do Conselho Fiscal; e (e) eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia. Para os Acionistas que optarem por participar de forma presencial, a Reunião será realizada na sede da Companhia, localizada na Avenida João Gualberto, nº 1000, 5º andar, conjunto 501, Condomínio João Gualberto, Alto da Glória, CEP: 80.030-000, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná. Já, para os Acionistas que optarem por participar de forma remota, a Reunião ocorrerá simultaneamente por meio de plataforma online, conforme link enviado pela administração da Companhia aos Acionistas. Os Acionistas que participarem remotamente poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado. Avisos: Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, os documentos a que se refere os temas abordados na Ordem do Dia, conforme aviso publicado no dia 28.03.2024.
 Curitiba/PR, 12 de abril de 2024.
BRUNO LEVI D'ANCONA

SECCIONAL BRASIL S/A
 CNPJ 83.491.985/0001-22
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

São convocados os acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária no dia 25 de abril de 2024 às 11:00 horas, na sede social, na Av. Juscelino K. de Oliveira, 4225 – CEP 81270-200 – CIC – Curitiba.- Pr., a fim de deliberarem a seguinte ordem do dia: a) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; b) Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição dos dividendos.

Joecy Wermelinger Araújo de Abreu
Paulo Emmanuel de Abreu Junior

DTCOM - DIRECT TO COMPANY S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 03.303.999/0001-36

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

São convidados os senhores acionistas da Dtc com Direct to Company, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária no dia 30 de abril de 2024, às 08:00 horas, na sede social da companhia, à Av. Dom Pedro II, 1720, Quatro Barras, Paraná, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Assembleia Geral Ordinária: I** - Examinar, discutir e aprovar, o relatório da administração e as demonstrações financeiras, inclusive parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31.12.2023; **II** - Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2023; **III** - Fixar a remuneração anual global dos administradores para o exercício de 2024. **Informações Gerais: Documentos à Disposição dos Acionistas:** Nos termos da legislação aplicável, as cópias dos documentos referentes às matérias da ordem do dia encontram-se à disposição dos Acionistas na sede e no website da Companhia (<http://dtcom.com.br>), bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br), em conformidade com as disposições da Lei 6.404/76 e da Instrução CVM nº 481/2009. **Participação na Assembleia:** Os Acionistas da Companhia deverão comparecer à Assembleia munidos dos seguintes documentos: **(a)** além do documento de identidade, o respectivo comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária; e **(b)** se for o caso, instrumentos de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do artigo 126, §1º, da Lei 6.404/76. **Voto à distância:** Conforme previsto nos artigos 26 e seguintes da Resolução CVM nº 81/2022 e alterações, a Companhia adotará o sistema de votação à distância, permitindo que os Acionistas Participem da Assembleia Geral Ordinária mediante preenchimento e a entrega dos respectivos Boletins de Voto a Distância aos agentes de Custódia, ao escriturador ou diretamente à Companhia, de acordo com as instruções da Proposta da Administração. **Apresentação dos documentos para participação na Assembleia:** Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia, solicita-se que o comprovante de titularidade das ações e o instrumento de mandato, bem como os instrumentos de procuração, sejam depositados na sede da companhia, no Município de Quatro Barras, Estado de Paraná, na Avenida Dom Pedro II, 1720, aos cuidados do Departamento Societário, no horário compreendido entre as 09:00 e 18:00 horas, de segunda a sexta, até, no máximo, 24 horas antes da hora marcada para a realização da Assembleia Geral Ordinária. Quatro Barras, 09 de abril de 2024. **Aryvaldo Mazzi Neto** - Presidente

Publicidade Legal é coisa séria!

Atas

Editais

Balanços

Súmulas

Concorrências

Tomada de Preços

Avisos

Comunicados

Anúncios

Consulte
 nossa **equipe**

41 3333-9800

publegal@induscom.com.br

pl@induscom.com.br

As publicações acima foram realizadas e certificada no dia 15/04/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 15/04/2024 08:57:37

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 2faaf5b6a172f24079597a9ba48c3789908bf16c39c0307e81d46fe52d12fe



Assinatura

Assinado em: 15/04/2024 11:15:51

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CNPJ: 09570162000130

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: e3fcacdf1c8dfb65b8ff88f516620557



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.14.41	-25.4345216,-49.2568576	Curitiba	80060-160	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 123.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 983/2020. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.





Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S/A

CNPJ nº 04.557.307/0001-49

Rua José de Alencar, 2021 - Juvevê, Curitiba - PR, 80040-070 - Telefone: (41) 3262-0106

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

1. MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

Prezados Acionistas,
A ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão SA., em conformidade com as disposições legais, apresenta seu Relatório de Administração e respectivas demonstrações financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Em 2023, percebeu-se uma melhora no quadro geral da economia brasileira, com evolução do PIB, que fechou com crescimento de 2,9%, segundo a FGV. Enquanto, dados divulgados pelo IBGE apontam que a taxa de desemprego ficou em 7,4% ao término do 4º ITR, menor percentual desde 2014, com população ocupada acima de 100 milhões de trabalhadores, recorde histórico. Apesar da melhora, esse impulsionamento decorreu das atividades ligadas ao agronegócio e extração com estagnação da atividade industrial. Nossas expectativas contam com um estímulo na atividade fabril brasileira, grande consumidora de energia, que poderia recuperar os preços dos CCEE comercializados no ACL. O Copom, órgão do Bacen, reduziu em dois pontos percentuais a taxa de juros Selic ao longo de 2023. A taxa encontrava-se em 11,75% a.a. ao término do exercício com tendência de queda, o que deve estimular o consumo de energia para o ano vindouro. Por outro lado, a inflação medida pelo IPCA, manteve-se controlada durante o período, apresentando um acumulado de 4,62% em doze meses. O IGP-M registrou uma variação negativa de (3,18%) no acumulado de janeiro a dezembro de 2023, sendo uma leve correção das altas históricas no biênio 2020/2021. Com isso houve uma redução no estoque da dívida com o UPB, sendo este um evento não recorrente que auxiliou no resultado deste exercício social. As preocupações das usinas geradoras de fonte hídrica recebem pela crescente oferta e incentivos para fontes de energia concorrentes como eólica e solar, somados aos níveis elevados dos reservatórios que mantiveram o PLD em sua mínima de R\$ 69,04 por MWh durante 2023, comprometendo a receita das hidrelétricas. Em 2024, manifestamos nossas esperanças renovadas, na manutenção do crescimento da economia e consequentemente no aumento do consumo pelas famílias e empresas. Acreditamos na manutenção de políticas de estabilidade e na necessidade da construção de marcos regulatórios que deem previsibilidade nos investimentos realizados.

Nestor Baptista - Diretor Presidente

2. PERFIL DA COMPANHIA

A ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Companhia Paranaense de Energia - COPEL, a qual detém 70% (setenta por cento) do seu capital social, foi constituída para implantação e exploração do CEFS - Complexo Energético Fundação Santa Clara, localizada no Rio Jordão, na sub-bacia do Rio Iguçu, abrangendo os municípios de Pinhão, Cândido e Foz do Jordão, no Estado do Paraná. O CEFS é composto pelas usinas hidrelétricas de Santa Clara e Fundão e pelas centrais geradoras hidrelétricas Santa Clara I e Fundão I. Após a Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHES despachadas centralizadamente no SIN, determinada na Portaria MME nº 178 de 3 de maio de 2017, e Portaria MME nº 709 de 30 de novembro de 2022, a GF (Garantia Física) do CEFS que era de 140,3 MW médios, passou a ser de 133,0 MW médios, com efeitos desde 1º de janeiro de 2023. O Contrato de Concessão de Geração nº 125/2001, referente ao Uso do Bem Público (UBP), foi celebrado com a União por intermédio da ANEEL em 25 de outubro de 2001, prevendo duração por 35 (trinta e cinco) anos, podendo ser prorrogado, a critério da ANEEL, mediante requerimento da Concessionária, desde que atendidos a legislação setorial e os interesses dos consumidores. Com a publicação das Leis nº 13.203/2015 e nº 14.052/2020, que dispuseram sobre a repactuação do risco hidrológico (GSF), o prazo de vencimento original do contrato de concessão que era 25 de outubro de 2036, passou a ser 10 de maio de 2040 no caso da UHE Santa Clara e 10 de junho de 2040 para UHE Fundão. As centrais geradoras hidrelétricas Santa Clara I e Fundão I, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.744 e 14.745, ambas de 20 de junho de 2023, foram dispensadas da reversão dos bens vinculados, bem como do pagamento da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE, não tendo prazo de vencimento.

2.1. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social em 31 de dezembro de 2023, era composto por 60.300.000 ações ordinárias, todas sem valor nominal, totalizando R\$ 35.503 mil, segundo consta no Artigo 5º do Estatuto Social aprovado na 77ª AGE de 20 de setembro de 2021, conforme demonstrado na Tabela 1.

Acionista	Ações Ordinárias	Valor - R\$ mil	Participação %
Companhia Paranaense de Energia - Copel	42.209.920	24.852	70,00%
Paineira Participações e Empreendimentos Ltda	18.090.080	10.651	30,00%
Total	60.300.000	35.503	100,00%

Fonte: ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão

Tabela 1 - Composição acionária e capital social

2.2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

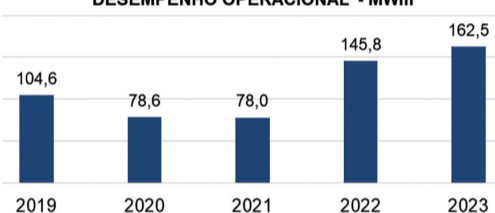
O modelo de governança corporativa adotado pela Companhia possui como princípios a transparência, equidade, prestação de contas e a responsabilidade corporativa, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e a Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas, normas, diretrizes e procedimentos necessários a boa condução dos negócios da empresa.

A ELEJOR é comprometida com o desenvolvimento sustentável, através do equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais "stakeholders".

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

O Gráfico 1 demonstra a evolução da Energia Gerada medida em MW médios pelo CEFS no último quinquênio.

DESEMPENHO OPERACIONAL - MWM



Fonte: ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão

Gráfico 1 - Desempenho Operacional - Energia Gerada em MW médios

Em 2023, a energia gerada pelo CEFS atingiu 162,5 MW médios, contra um montante de 145,8 MW médios observado no ano anterior, apresentando um crescimento de 11,5%, sendo este o melhor desempenho nos últimos 5 anos.

A Tabela 2 demonstra a Potência Instalada, a Garantia Física e a Energia Gerada para cada uma das quatro unidades geradoras do CEFS nos últimos 5 anos, bem como a variação percentual em relação ao exercício anterior.

UHE's	Potência Instalada	Garantia Física	Energia Gerada Mw médios					Δ% 23 x 22
			2019	2020	2021	2022	2023	
Santa Clara	120,2	66,0	48,5	35,7	43,2	75,0	78,4	4,6%
Fundão	120,2	62,1	51,6	38,3	30,2	65,8	79,0	20,1%
Total	240,3	128,1	100,1	74,0	73,4	140,8	157,5	11,8%
CGH's								
Santa Clara	3,6	2,8	2,5	2,6	2,8	3,0	3,0	1,7%
Fundão	2,4	2,1	2,0	2,0	1,8	2,0	2,1	4,5%
Total	6,0	4,9	4,5	4,6	4,6	5,0	5,1	2,8%
TOTAL CEFS	246,3	133,0	104,6	78,6	78,0	145,8	162,5	11,5%

Fonte: ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão

Tabela 2 - Energia Gerada versus Garantia Física

Em 30 de novembro de 2022, o Ministério de Minas de Energia publicou a Portaria nº 709/GM/MME, revisando novamente a GF das UHES despachadas centralizadamente no SIN, caso da Elejor, repetindo o acontecido em 2017. Assim, desde 1º de janeiro de 2023 a GF das UHES Santa Clara e Fundão somam 128,1 MW médios, originalmente eram 135,4 MW médios, desta forma as revisões impactaram negativamente em 5,5 p.p. da energia assegurada, não houve alterações na GF das CGHs Santa Clara I e Fundão I, que juntas somam 4,9 MW médios. Em 2023, a energia gerada pelo CEFS totalizou 162,5 MW médios, ou seja, 22,2% acima da GF revisada para 133,0 MW médios.

4. INVESTIMENTOS

A Tabela 3 demonstra os Investimentos realizados em Ativos Imobilizados no último exercício social.

Imobilizado	Valor em R\$ mil	Participação (%)
Máquinas e equipamentos	1.928	42,3%
Terenos	2.625	57,5%
Móveis e Utensílios	10	0,2%
Totais	4.563	100,0%

Fonte: ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão

Tabela 3 - Distribuição de Investimentos

Em 2023, foram realizados investimentos no CEFS que totalizaram R\$ 4.563 mil, com destaque para Máquinas e equipamentos e Terrenos que juntos representam 98,8% do incremento no imobilizado. Destaque-se que a aquisição de terrenos decorre das indenizações pagas por desapropriação das áreas declaradas de interesse público durante a construção do CEFS, restando poucas ações em trâmite que aguardam definição judicial.

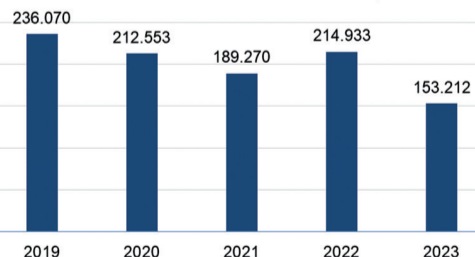
5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A seguir, nossas análises do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

5.1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

O Gráfico 2 demonstra a evolução da ROB no último quinquênio.

RECEITA OPERACIONAL BRUTA R\$ mil



Fonte: ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão

Gráfico 2 - Evolução da Receita Operacional Bruta.

Em 2023, a ROB totalizou R\$ 153.212 mil, contra um montante de R\$ 214.933 mil verificado no exercício anterior, representando uma queda de 28,7%, sendo esta a menor receita com a comercialização da geração nos últimos 5 anos.

A Tabela 4 demonstra a evolução da ROB nos últimos 5 anos, de acordo com cada rubrica contábil.

RUBRICA	EXERCÍCIOS				
	2019	2020	2021	2022	2023
Venda de Energia UHES Convencional	201.673	133.074	157.247	187.536	109.111
Venda de Energia CGHs Incentivada	7.835	10.504	11.113	12.103	4.242
Energia liquidada na CCEE	24.764	68.975	20.910	15.294	39.859
Revenda Energia - MCP	1.798	-	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	236.070	212.553	189.270	214.933	153.212

Fonte: ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão

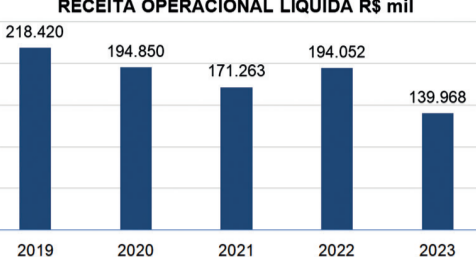
Tabela 4 - Receita Operacional Bruta

Em 2023, a ROB ficou assim distribuída: a) Venda de Energia UHES Convencional R\$ 109.111 mil (71,2% do total); b) Venda de Energia CGHs Incentivada R\$ 4.242 mil (2,8% do montante); e c) Energia liquidada no âmbito da CCEE R\$ 39.859 mil representando (26,0%) da receita, não houve compra e venda de energia no mercado de curto prazo.

5.2. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

O Gráfico 3 demonstra a evolução da ROL no último quinquênio.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA R\$ mil



Fonte: ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão

Gráfico 3 - Evolução da Receita Operacional Líquida.

Em 2023, a ROL totalizou R\$ 139.968 mil, contra um montante de R\$ 194.052 mil observado no exercício anterior, demonstrando uma queda de 27,9%.

A Tabela 5 demonstra a evolução da ROL nos últimos 5 anos, por rubrica contábil.

RUBRICA	EXERCÍCIOS				
	2019	2020	2021	2022	2023
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	236.070	212.553	189.270	214.933	153.212
(-) Deduções da Receita Bruta	(17.649)	(17.702)	(18.007)	(20.881)	(13.244)
PIS	(2.755)	(2.817)	(2.914)	(3.393)	(2.129)
Cofins	(12.698)	(12.980)	(13.423)	(15.631)	(9.811)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(2.196)	(1.905)	(1.670)	(1.857)	(1.304)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	218.420	194.850	171.263	194.052	139.968

Fonte: ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão

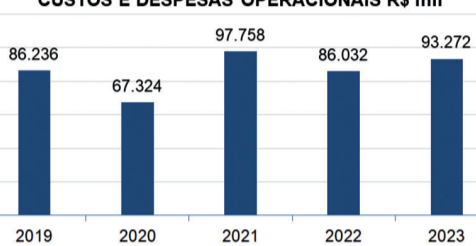
Tabela 5 - Receita Operacional Líquida

A ROL obtém-se pelo resultado da ROB subtraídos as deduções com contribuições sociais (PIS e Cofins) e encargos regulatórios com pesquisa e desenvolvimento (P&D) previstos no artigo 2º, da Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000.

5.3. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

O Gráfico 4 demonstra a evolução dos Custos e Despesas Operacionais no último quinquênio.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS R\$ mil



Fonte: ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão

Gráfico 4 - Evolução dos Custos e Despesas Operacionais.

Em 2023, os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 93.272 mil, contra R\$ 86.032 mil, um incremento de 8,4%, em relação ao exercício anterior, o maior crescimento observou-se na TUSD-g (Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição aplicável a central geradora), gasto determinado nas revisões tarifárias realizadas pela ANEEL.

A Tabela 6 demonstra a distribuição dos Custos e Despesas Operacionais nos últimos 5 anos de acordo com as rubricas contábeis.

RUBRICA	EXERCÍCIOS				
	2019	2020	2021	2022	2023
Materiais	437	783	308	631	248
Serviços de Terceiros	9.510	11.657	11.108	16.732	16.266
Depreciação e amortização	27.741	27.753	30.605	30.473	33.862
Seguros	463	461	715	586	2.121
Compens. Financ. Utiliz. Recursos Hídricos	4.749	3.623	3.450	7.562	8.668
Taxa de Fiscalização Regulatória - ANEEL	751	754	809	840	916
Encargos Uso Rede de Distribuição	14.180	15.463	21.516	23.425	24.149
Compra de Energia CCEE	1.826	1.909	23.978	60	-
Compra de Energia ML	18.569	-	-	-	974
Prêmio do Risco Hidrológico	3.033	-	-	-	-
Pessoal	2.140	2.342	2.584	2.863	3.069
Administradores	1.962	1.916	2.102	2.127	2.118
Arrendamento e Aluguéis	92	67	81	111	115
Tributos federais e municipais	329	74	82	99	254
Outros custos e despesas	454	522	420	523	512
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	86.236	67.324	97.758	86.032	93.272

Fonte: ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão

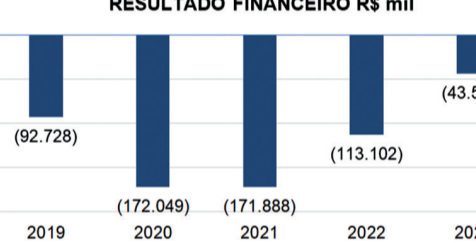
Tabela 6 - Custos e Despesas Operacionais

A rubrica mais significativa na relação de custos e despesas decorre da depreciação e amortização dos ativos da entidade, totalizando R\$ 33.862 mil, equivalente a 36,3% dos gastos totais.

5.4. RESULTADO FINANCEIRO

O Gráfico 5 demonstra a evolução do Resultado Financeiro no último quinquênio.

RESULTADO FINANCEIRO R\$ mil



Fonte: ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão

Gráfico 5 - Resultado Financeiro

Em 2023, o Resultado Financeiro Negativo totalizou R\$ 43.570 mil, contra R\$ 113.102 mil verificados no exercício anterior, uma melhora de 61,5%, melhor resultado financeiro nos últimos 5 anos.

Essa melhora decorre da variação do IGP-M, que de janeiro a dezembro 2023, acumulou queda de 3,18%, enquanto no mesmo período do exercício anterior acumulava alta de 5,45%.

A Tabela 7 demonstra a distribuição das Receitas e Despesas Financeiras últimos 5 anos.

RUBRICA	EXERCÍCIOS				
	2019	2020	2021	2022	2023
(=) RESULTADOS FINANCEIRO	(92.728)	(172.049)	(171.888)	(113.102)	(43.570)
Receitas financeiras	2.391	12.891	14.119	19.069	90.508
Rendas de aplicações financeiras	2.159	1.083	5.723	18.482	21.201
Juros e correções de tributos	-	-	60	441	-
CCEE Encargos de liquidação	227	11.680	8.328	100	240
Encargos da concessão - UBP - AVP	-	-	-	-	609.599
Outras receitas	5	128	8	46	8

...continuação

Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S/A - CNPJ nº 04.557.307/0001-49

tenção de uma Política atualizada, do Comitê de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, dos procedimentos para gestão de incidentes e atendimentos aos titulares, além de manter as informações de acesso junto ao site da empresa - <https://www.elejor.com.br/encarregado-de-dados-dp/>

A função de Data Protection Officer (DPO) é exercido pela responsável da área jurídica desde 2021.

Como prospeção, remanesce o compromisso da área quanto ao contínuo aprimoramento dos processos da companhia, no suporte a uma sempre atenta gestão de riscos e de Compliance, no olhar responsável com a agenda ESG - Environmental, Social and Governance e no atendimento aos padrões éticos e de conduta, sempre com o objetivo de preservar a continuidade do negócio e os interesses dos sócios e demais stakeholders.

11. RECURSOS HUMANOS

A companhia encerrou o exercício social de 2023, contando com 16 colaboradores, sendo 7 empregados,

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2023 e 31 dezembro de 2022 - Em milhares de reais			
ATIVO	NE nr.	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE		209.323	224.833
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	166.544	185.915
Clientes	6	21.157	23.272
Outros Créditos	8	5.740	2.137
Tributos Compensáveis	9	10.216	3.097
Investimentos Temporários	10	3.922	10.295
Despesas pagas antecipadamente	11	1.744	117
NÃO CIRCULANTE		594.827	623.364
Realizável a Longo Prazo		83.192	80.811
Tributos Federais a Restituir	13	1.301	1.301
Depósitos Judiciais	12	-	58
Tributos Diferidos	14	73.533	71.094
Adiantamento a Acionistas	7	8.358	8.358
Imobilizado	15	326.291	345.813
Intangível	16	184.539	195.778
Direitos de Uso de Ativo	17.1	805	962
TOTAL DO ATIVO		804.150	848.197

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS			
Dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022			
Em milhares de reais			
	01.01.2023	01.01.2022	
	a	a	
	31.12.2023	31.12.2022	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	27	139.968	194.052
(-) Custos Operacionais	28	(85.938)	(79.184)
LÚCRO OPERACIONAL BRUTO	19	54.030	114.868
OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	29	(6.065)	(6.613)
Despesas Administrativas	29	(7.334)	(6.848)
Outras Receitas	29	1.269	235
LÚCRO ANTES RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS	30	(43.570)	108.255
Resultados Financeiros	30	90.508	19.069
Despesas financeiras	30	(134.078)	(132.171)
LÚCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	4.395	(4.847)	4.157
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	9	(418)	5.226
Imposto de Renda e Contribuição Social	9	(418)	5.226
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	14	(1.069)	(1.069)
LÚCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	2.908	(690)	2.908
LÚCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO INTEGRALIZADA - EM REAIS	0,05	(0,01)	(0,01)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES			
dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022			
Em milhares de reais			
	01.01.2023	01.01.2022	
	a	a	
	31.12.2023	31.12.2022	
LÚCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	2.908	(690)	
Outros resultados abrangentes			
Ganhos com ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:	(6.373)	10.295	
Operações com Créditos de Carbono	(6.373)	10.295	
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	2.167	(3.500)	
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	(4.206)	6.795	
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(1.298)	6.104	

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Em 31 de dezembro de 2023 - Em milhares de reais****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A., com sede a Rua José de Alencar, 2021, Curitiba - PR, sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Companhia Paranaense de Energia - COPEL, a qual detém 70% (setenta por cento) do seu capital social. A sociedade foi constituída para implantação e exploração do CFESC - Complexo Energético Fundão Santa Clara, localizado no Rio Jordão, na sub-bacia do Rio Iguaçu, abrangendo os municípios de Pinhão, Cândi e Foz do Jordão, no Estado do Paraná. O CFESC é composto pelas usinas hidrelétricas de Santa Clara e Fundão e pelas centrais geradoras hidrelétricas Santa Clara I e Fundão I, com as seguintes potências instaladas e energias asseguradas:

UHE / CGH	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW) médios	Revisão da Garantia Física (MW) médios
UHE - Santa Clara	120.168	69,6	66,0
UHE - Fundão	120.168	65,8	62,1
CGH - Santa Clara e Fundão	6,075	4,9	4,9
	246.411	140,3	133,0

Em 30 de novembro de 2022, o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria nº 709/GM/MME, revisando a GF das UHEs despachadas centralizadas no SIN, caso da Elejor. Assim, desde 1º de janeiro de 2023 a GF das UHEs Santa Clara e Fundão somam 128,1 MW médios.

Em 2023, a Companhia requereu a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a transformação das PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) Santa Clara I e Fundão I em CGHs (Centrais Geradoras Hidrelétricas), o pedido ombrou-se na Lei nº 13.360/16 que modificou a Lei nº 9.427/96, alterando de 1.000 kW para 5.000 kW o limite máximo de potência instalada para os empreendimentos hidrelétricos dispensados de concessão, permissão ou autorização.

Em 20 de junho de 2023, a ANEEL publicou as Resoluções Autorizativas nº 14.744 e 144.745, atendendo ao pleito da Companhia no qual revogou as autorizações para exploração da PCH Fundão e PCH Santa Clara. Como resultado, os ativos renomeados CGH Fundão I e CGH Santa Clara I estão dispensados da reversão ao término do contrato de concessão e também do pagamento da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE.

2. CONCESSÃO

A exploração dos aproveitamentos hidrelétricos é regulada pelo contrato de concessão nº 125/2001, firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em 25 de outubro de 2001, com prazo previsto de 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir da data de sua assinatura.

O prazo inicial de vigência do contrato de concessão sofreu dois aditamentos durante sua execução, como reparação dos impactos financeiros sofridos pelas geradoras de energia hidrelétrica denominado GSF (ou *Generation Scaling Factor*, na sigla em inglês), sendo que os novos prazos decorrem de legislação federal, com documentos de adesão firmados pela Companhia, junto ao agente regulador, estendendo os prazos conforme segue: Inicialmente, com a edição da Lei Federal nº 13.203/2015, a Companhia optou pela repactuação do risco hidrológico, manifestado no despacho nº 43 - SEM-SRG/ANEEL de 11 de janeiro de 2016, e primeiro aditivo contratual de 22 de agosto de 2017, o qual estendeu o prazo final da concessão que era 25 de outubro de 2036, para 28 de maio de 2037.

Até seguinte, com a promulgação da Lei Federal nº 14.052/2020, a Companhia aderiu novamente a repactuação do risco hidrológico, manifestado no Protocolo Digital Anel nº 153 e 154, ambos de 30 de setembro de 2021, o qual estendeu em 1078 dias o prazo concessão da UHE Santa Clara, assim esta concessão encontra-se vigente até 10 de maio de 2040, enquanto estendeu em 1110 dias o prazo concessão da UHE Fundão estendendo o prazo de concessão até 10 de junho de 2040.

Pela exploração dos aproveitamentos hidrelétricos a Companhia realiza pagamentos de parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor anual proposto de R\$ 19.000.000 (dezenove milhões de reais). Estes pagamentos são realizados a título de UPB (Uso do Bem Público), tendo como data base maio de 2001, mês que antecedeu o leilão do CFESC, e desde então os pagamentos são corrigidos monetariamente com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

3. BASE DE PREPARAÇÃO**3.1. Declaração de Conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras da Companhia estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações foi autorizada pela Administração em 25 de janeiro de 2024.

3.2. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

3.3. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. Uso de Estimativas e Julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3.5. Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não existem incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Também, não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**4.1. Instrumentos Financeiros**

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A política contábil adotada a partir de 1º de janeiro de 2018 para a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros é a IFRS 9. Essa norma estabelece três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado (CA); (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VIORA); e, (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). Substituindo as categorias existentes anteriormente na IAS 39: Mantidos até o vencimento, Empréstimos e Recebíveis ou Disponíveis para Venda.

A. Custo Amortizado (CA)

Compreende os ativos financeiros não derivativos mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando incorridos, reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

B. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VIORA)

Esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos mantidos dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais (compostos exclusivamente de pagamentos de principal e juros) quanto pela venda de ativos financeiros. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, com ganhos e perdas levados ao patrimônio líquido, enquanto os juros, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

2. diretores executivos, 5 funcionários terceirizados e 2 estagiários. A empresa apoia o desenvolvimento profissional de seus colaboradores, para isso utiliza-se de benefícios como o auxílio educação, previsto no Acordo Coletivo de Trabalho, somado ao custeamento na participação em cursos, eventos e workshops de interesse para Companhia.**12. DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL**

Diretoria Executiva	
Nestor Baptista - (Diretor Presidente)	
Cleveson Moraes Silveira - (Diretor - Administrativo Financeiro)	
Conselho de Administração	
Sergio Luiz Cequinel Filho - (Presidente)	

Alexandre Radtke	
Fernanda Duarte Alves Fontana	
Maria Izabel Batista Alabarces	
Moacir Carlos Bertol	
Ney Amilton Caldas Ferreira	
Paulo Henrique Guim Gomes	
Conselho Fiscal	
Marcelo Coser (Presidente)	
Denize Aparecida Cabulon	
Vinicius Luiz Gaspki	

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**Dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022****(Valores expressos em milhares de reais)**

	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados (prejuízos)	Total
		2023	2022		
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	35.503	255	(76.703)	(40.945)	
Outros Resultados Abrangentes	-	6.794	-	6.794	
Prejuízo do Exercício 2022	-	-	(690)	(690)	
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	35.503	7.050	(77.394)	(34.841)	
Outros Resultados Abrangentes	-	(4.206)	-	(4.206)	
Lucro do Exercício 2023	-	-	2.908	2.908	
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	35.503	2.844	(74.486)	(36.138)	

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO**dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022****Em milhares de reais**

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NE nr.	31.12.2023	31.12.2022
LÚCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		2.908	(690)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa			
Depreciação	15	24.252	21.206
Amortização	16	11.271	11.278
Variações monetárias não realizadas		64.266	132.128
Imposto de renda e contribuição social		418	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	1.069	(4.157)

Redução (aumento) dos ativos operacionais:

Clientes	6	2.115	(8.092)
Outros créditos	8	(3.602)	(2.046)
Tributos compensáveis	9	(7.119)	376
Despesas pagas antecipadamente	11	(1.627)	(2)
Depósitos judiciais	12	58	16

Aumento (redução) dos passivos operacionais:

Obrigações Sociais e Trabalhistas	18	13	(63)
Fornecedores	19	667	(1.425)
Outras Obrigações Fiscais	20	(286)	(2.139)
Pagamento de direito de uso		(215)	(211)
Contas a pagar vinculadas a concessão - uso do bem público	30	(109.681)	(102.527)
Pequisa e Desenvolvimento	22	206	492
Encargos Setoriais	23	515	1.105

Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais

(14.772) **45.249**

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Aquisições de imobilizado

Adições no intangível

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

Varição no caixa e equivalentes a caixa

Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa

Saldo final de caixa e equivalentes a caixa

Varição no caixa e equivalentes a caixa

(19.372) **37.885**

(19.372) **37.885**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridas com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício.

4.5. Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47/IFRS 15, estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduziu um modelo para o reconhecimento da receita, que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Pelos novos requisitos da IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

4.6. Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por essa entidade ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

4.7. Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os outros arrendamentos que não se enquadram nas características acima são classificados como operacionais.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Saldos em	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos contas movimento		33	19
Aplicações financeiras de curto prazo		166.511	185.896
		166.544	185.915

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.


As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, os quais são realizados com instituições que operam no mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como características: alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração referenciada pelo Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em conformidade com sua Política de Aplicações Financeiras vigente.

6. CLIENTES

Clientes	Saldos vencidos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 31/12/2023	Saldo 31/12/2022
Suprimento - Copel Com.	1.038	-	-	1.038	-
Suprimento - Livres	9.336	-	-	9.336	14.462
CCEE	10.783	-	-	10.783	8.810
	21.157	-	-	21.157	23.272

As vendas da Companhia possuem duas estratégias: A primeira de supr

10. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS						
Data	Descrição	Quantidade	Valores R\$ Mil			
31/12/2022	(+) Reduções Certificadas de Emissões (RCE)	657.810	10.295			
31/12/2023	(-) Vendas de Certificados RCEs Jan a Set 2023	(79.359)	-			
	(=) Reduções Certificadas de Emissões (RCE) Marcação a Mercado do RCE - Dólar - USS 1,40	578.451	-			
	Cotação - Dólar R\$ 4,8413	-	-			
	Custo Unitário R\$ 6,78	-	-			
Saldo Final Ajustado - AV			3.922			
Em 2023, a Companhia negociou 79.359 toneladas (t) Reduções Certificadas de Emissões (RCEs), emitidas pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), referentes a 4ª medição do Projeto nº 1279 nomeado Fundo Santa Clara <i>Energetic Complex Project</i> (FSCECP).						
11. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE						
Descrição	Saldos em	31/12/2023	31/12/2022			
Seguro das usinas	1.743	116	-			
Seguro sede administrativa	1	1	-			
	1.744	117	-			
As despesas antecipadas registram os gastos no exercício cuja apropriação no resultado ocorrerá em exercícios subsequentes. Sendo que, a Companhia possui Apólice de Seguro de Riscos Operacionais junto a SOMPO SEGUROS com vigência até 07 de setembro de 2024, a qual prevê como Limite Máximo de Garantia R\$ 364.032 mil.						
12. DEPÓSITOS JUDICIAIS						
Descrição	Saldo em	31/12/2023	31/12/2022			
Atualização monetária	-	-	58			
(-) Ressarcimentos	-	(58)	-			
	2023	-	-			
Em 2023 foram ressarcidos aos cofres da Companhia os depósitos judiciais que restavam ajuizados, ao término do último exercício social.						
13. TRIBUTOS FEDERAIS A RESTITUIR						
Descrição	Saldo em	31/12/2023	31/12/2022			
Constituição	-	-	1.301			
	31/12/2023	1.301	-			
A Companhia impetrou o Auto nº 5078666-63.2019.4.04.7000, referente a Ação de Repetição de Indébito de valor pago a maior, na qual pleiteou a devolução de valores pagos a Receita Federal do Brasil a título de CSL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a ação encontra-se em cumprimento de sentença com decisão favorável a empresa.						
14. TRIBUTOS DIFERIDOS						
Mutação do Diferido	31/12/2022	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos em outros resultados abrangentes			
(+) Ativo não circulante	-	-	-			
Prejuízo fiscal e base negativa de CSL	56.024	(124)	-			
Efeitos do ICP 01 - Contratos de concessão	18.702	(1.069)	-			
	74.726	(1.069)	-			
(-) Passivo não circulante	-	-	-			
Efeitos do ICP 38 - Instrumentos Financeiros - Créditos de Carbono	3.632	-	(2.167)			
	3.632	-	(2.167)			
(=) Líquido apresentado no Balanço	71.094	(1.069)	(2.167)			
	Realização IR Diferido	-	72.068			
31/12/2023		Ativo	Passivo			
2024	56.969	(1.465)	-			
2025	1.069	-	-			
2026	1.069	-	-			
2027	1.069	-	-			
2028	1.069	-	-			
2029	1.069	-	-			
2030 a 2032	3.207	-	-			
2033 a 2035	3.207	-	-			
2036 a 2038	3.207	-	-			
2039 a 2040	1.598	-	-			
	73.533	(1.465)	-			
15. IMOBILIZADO						
Conforme estabelecido pelo órgão regulador do setor elétrico, ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, a Companhia encontra-se sujeita à adoção dos critérios específicos para cálculo de depreciação desde o início de suas operações comerciais, elencados na Resolução nº 367 de 02 de setembro de 2009.						
Até o ano de 2008 o imobilizado foi avaliado pelo custo de aquisição/construção, acrescido dos encargos de financiamentos incorridos durante a fase de construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, levando em consideração a vida útil econômica estimada dos bens.						
A partir de 2010, as taxas de depreciação passaram a considerar o tempo de vida útil econômica de cada bem ou o prazo final da concessão, dos dois o menor, com base em Interpretação Técnica (ICPC 01) e Orientação (OCP 05) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.						
A classificação e os valores contábeis decorrentes da implantação do processo de unitização abaixo descrito ficam contabilmente evidenciados da seguinte forma:						
Mutação	31/12/2022	Adições	Depreciação	Baixas	Transfer.	31/12/2023
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	193.871	-	(13.103)	-	-	180.768
Máquinas e equipamentos	102.116	411	(7.279)	(702)	1.084	95.630
Edificações	33.165	-	(2.521)	-	58	30.702
Terrenos*	14.523	2.625	(1.136)	(162)	-	15.850
Móveis e utensílios	123	10	(17)	(1)	2	117
	343.798	3.046	(24.056)	(865)	1.144	323.067
Em curso						
Custo	2.015	1.517	-	-	(308)	3.224
	2.015	1.517	-	-	(308)	3.224
Total	345.813	4.563	(24.056)	(865)	836	326.291
(*) A Companhia realiza a depreciação da conta terrenos em observância ao Decreto 2003/96, bem como ao contrato de concessão nº 125/2001, o qual prevê que ao término do instrumento, todos os bens e instalações vinculados aos Aproveitamentos Hidrelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da ANEEL.						
16. INTANGÍVEL						
A movimentação bem como o saldo do Intangível no período, foi a seguinte:						
Contrato de Concessão		Outros		Total		
em serviço	em curso	em serviço	em curso			
31/12/2022	192.882	-	2.896	195.778		
Aquisições	-	-	36	36		
Amortização UBP	(10.269)	-	-	(10.269)		
Amortização GSF	(836)	-	-	(836)		
Amortização - Outros	-	-	(170)	(170)		
31/12/2023	181.777	-	2.762	184.539		
Repactuação do risco hidrológico GSF (Generation Scaling Factor)						
A Lei nº 14.052/2020, estabeleceu o direito ao ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017, através da extensão dos contratos de concessão.						
Em 15 de março de 2022, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.345, os prazos de exploração das usinas foram estendidos até 10 de maio de 2040 para UHE Santa Clara e 10 de junho de 2040 no caso da UHE Fundão.						
17. DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO						
A Companhia reconheceu Ativo de Direito de Uso e Passivo de Arrendamento, conforme CPC 06 (R2), referente à locação de sua sede administrativa, conforme segue:						
17.1. Direito de Uso de Ativo						
Em serviço	31/12/2022	Adições	Amortização	Baixas	31/12/2023	
Imóveis	962	39	(196)	-	805	
	962	39	(196)	-	805	
17.2. Passivo de Arrendamento						
Mutação	Circulante	Não Circulante		Total		
31/12/2022	169	795		964		
Pagamentos	(215)	-		(215)		
Transferências	215	(215)		-		
Ajuste a valor presente	76	8		84		
31/12/2023	245	588		833		
Realização do Passivo de Arrendamento						
2024	245	-		245		
2025	245	-		245		
2026	245	-		245		
2027	225	-		225		
Valores não descontados	960	127		1.087		
Juros embutidos	(127)	-		(127)		
Saldo do passivo de arrendamento	833	-		833		
O imóvel que abriga a sede administrativa da Companhia encontra-se na Rua José de Alencar, 2021 e 2005, Curitiba - PR, CEP 80.040-040, sendo regulado pelo contrato de nº 022/2022, com vigência prevista de 60 (sessenta) meses.						
18. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS						
Descrição	Saldos em	31/12/2023	31/12/2022			
Salários a pagar	4	4	6			
Tributos retidos na fonte	93	110	110			
Provisão de férias e 13º salário	179	147	147			
	276	263	263			
As obrigações sociais e trabalhistas contemplam os salários, honorários, bolsas auxílio, benefícios e encargos sociais pagos aos funcionários, diretores e conselheiros estatutários e estagiários da Companhia.						
19. FORNECEDORES						
Descrição	Saldos em	31/12/2023	31/12/2022			
Encargos Uso da Rede - Copel DIS	2251	-	2.251	2.116		
Materiais e Serviços - Copel GET	157	-	157	1.131		
Materiais e Serviços	1.572	-	1.572	66		
	3.980	-	3.980	3.313		
Os fornecedores são registrados no passivo pelo valor nominal dos títulos a pagar acrescidos das variações monetárias, quando contratadas.						
20. OUTRAS OBRIGAÇÕES FISCAIS						
Descrição	Saldos em	31/12/2023	31/12/2022			
PIS e Cofins	740	992	992			
Tributos retidos na fonte	170	194	194			
Previdência Social INSS	228	238	238			
FGTs	16	16	16			
	1.154	1.440	1.440			
A Companhia apura as contribuições sociais devidas ao PIS e a Cofins na modalidade não cumulativa para receitas decorrentes de CCVEE firmados no ACL. Enquanto, para as receitas decorrentes da liquidação de energia no âmbito da CCEE aplica-se o regime cumulativo.						
21. CONTAS A PAGAR VINCULADAS À CONCESSÃO						
Pagamento à União:						
Pela exploração dos aproveitamentos hidrelétricos do CEFSC a Companhia realiza pagamentos a título de UBP						
(Uso do Bem Público) em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor anual proposto de R\$ 19.000.000 (dezenove milhões de reais), conforme estabelecido na Cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 125/01 firmado em 25 de outubro de 2001. O pagamento do UBP é reajustado anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.						
Conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.345/2022, os prazos de exploração das usinas da foram estendidos até 10 de maio de 2040 para UHE Santa Clara e 10 de junho de 2040 no caso da UHE Fundão, período pelo qual serão mantidos os pagamentos do UBP.						
Taxa de desconto no cálculo do valor presente:						
A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente do UBP equivale a 0,8735% a.m., taxa arbitrada desde o reconhecimento da concessão durante a adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS), não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.						
Outorga	Assinatura	Final	Taxa de desconto	Correção anual		
UHE Santa Clara	23/10/2001	25/10/2001	10/05/2040	11,00% a.a.		
UHE Fundão	23/10/2001	25/10/2001	10/06/2040	11,00% a.a.		
				IGPM		
				IGPM		
				Mutação		
				31/12/2022		
				874.187		
				(45.492)		
				(109.681)		
				109.681		
				828.695		
				31/12/2023		
				828.695		
Ajuste a valor presente						
Variação monetária						
Pagamentos						
				31/12/2023		
				828.695		
Realização do Contrato de Concessão						
Ano	Valor nominal	Valor presente				
2024	105.562	99.806				
2025	105.562	89.915				
2026	105.562	81.004				
2027	105.562	72.977				
2028	105.562	65.745				
2029	105.562	59.230				
2030	105.562	53.360				
Após 2030	1.011.641	306.658				
Totais	1.750.575	828.695				
22. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D)						
As concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica são obrigadas a aplicar anualmente o percentual de 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme artigo 2.º, da Lei nº 9.991/00 e Resoluções Normativas Anel nº 316/08 e 300/08. Esse percentual encontra-se distribuído da seguinte maneira 40% FNDCT, 20% MME e 40% P&D. Em 2021, o Despacho ANEEL nº 904, determinou o recolhimento à CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), do percentual fixo de 30% tendo como base de cálculo os valores devidos a título de P&D, durante o período compreendido entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025.						
Mutação	FNDCT	MME	CDE	P&D	Total	
31/12/2022	109	55	-	1.303	1.467	
Constituições	521	260	71	365	1.217	
Conclusões	-	-	-	(204)	(204)	
Juros Selic	-	-	-	56	56	
Recolhimentos	(545)	(273)	(46)	-	(864)	
31/12/2023	85	42	25	1.520	1.672	
23. ENCARGOS SETORIAIS A PAGAR						
Encargo Setorial	Saldos em	31/12/2023	31/12/2022			
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	-	1.919	1.404			
		1.919	1.404			
A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 para compensar estados e municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas pela inundação de áreas durante a formação dos reservatórios que atendem as usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.						
24. BENEFÍCIO PÓS EMPREGO						
A Companhia patrocina parcialmente plano para complementação de aposentadoria e pensão, denominado Plano de Benefícios Previdenciário III. E, plano de assistência médica e odontológica, designado Plano Prosaúde III, para atendimento de seus empregados ativos e dependentes legais.						
Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincida com o encerramento do exercício.						
24.1. Plano de Benefício Previdenciário						
O Plano de Benefícios Previdenciário III é um plano de Contribuição Variável - CV. As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desse plano são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, correlacionada à IAS 19 R e à IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da empresa.						
24.2. Plano Assistencial						
A Companhia aloca recursos para cobertura parcial das despesas de saúde aos seus funcionários e dependentes, de acordo com as regras, limites e condições estabelecidos no regulamento do Plano Prosaúde III. Este plano não prevê participação da patrocinadora no período pós-emprego, onde os gastos serão suportados integralmente por seus beneficiários.						
Valores reconhecidos no resultado estão assim resumidos:						
Mutação	Circulante	Não Circulante	Total			
31/12/2022	-	-	-	-		
Contribuições previdenciárias e assistenciais	195	-	195			
Amortizações	(195)	-	(195)			
31/12/2023	-	-	-	-		
Conforme Relatório Atuarial elaborado pela consultoria contratada, não existem valores a reconhecer nos balanços da Companhia.						
25. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES						
O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o CPC 25 que trata das Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo que as provisões são reconhecidas no Balanço Patrimonial quando é provável a saída de recursos decorrentes de eventos passados.						
A Companhia questionou os escritórios responsáveis pelas ações da entidade quanto ao andamento dos processos com anotação do risco de futura saída de recursos. Ao final, o departamento jurídico da Companhia analisou as respostas das firmas terceirizadas e consolidou-as num relatório onde constam todos os processos, tanto polo ativo quanto passivo, e, em nenhum dos processos foi anotado "risco provável", motivo pelo qual a administração não reconheceu provisões nestas demonstrações financeiras.						
A seguir apresenta-se de forma resumida os processos de litígios registrados no relatório jurídico classificados como "risco provável", e adicionalmente os valores de passivos contingentes, porém sem provisões reconhecidas conforme as principais políticas contábeis estabelecidas no capítulo (4) item (4.4) destas notas explicativas.						
Mutação	Circulante	Passivo Contingente	R\$ Mil			
31/12/2022	-	-	-	-		
Contribuições previdenciárias e assistenciais	195	-	195			
Amortizações	(195)	-	(195)			
31/12/2023	-	-	-	-		
Conforme Relatório Atuarial elaborado pela consultoria contratada, não existem valores a reconhecer nos balanços da Companhia.						
26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
O capital social é composto de 60.300.000 ações ordinárias todas sem valor nominal, totalizando R\$ 35.503, conforme alteração do Artigo 5º do Estatuto Social contida na 77ª AGE de 20/09/2021, distribuído da seguinte forma:						
Acionistas	Ações Ordinárias Subscritas e Integralizadas	Total de Ações Integralizadas	Participação no Capital Total Integralizado			
COPEL	70%	42.209.920	70%			
PAINEIRA	30%	18.090.080	30%			
	100%	60.300.000	100%			
26.2. Ajuste de Avaliação Patrimonial						
	Saldos em	31/12/2023	31/12/2022			
RCE-Reduções Certificadas de Emissão	-	4.309	10.682			
(-) Cont. Social Lucro Líq. - Diferida	-	(388)	(961)			
(-) Imposto de Renda - Diferido	-	(1.076)	(2.671)			
		2.845	7.050			
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2023						
Os membros do Conselho Fiscal da ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão S/A, abaixo assinados, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado, as notas explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes.						
Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidas ao longo do exercício, nos esclarecimentos prestados pela administração, e considerando ainda o relatório da Russel Bedford Brasil Auditores Independentes S/S, emitido em 31/01/2024, sem ressalvas, os conselheiros fiscais DECLARAM que não tiveram conhecimento de nenhum ato, fato ou evidência que não esteja refletido nas Demonstrações Financeiras e OPINAM que o Relatório Anual						
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS						
Base para opinião						
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.						
Outros assuntos						
Demonstração do valor adicionado						
A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia.						
A Administração e as referidas demonstrações estão em condições de serem submetidas a Assembleia de Acionistas para as devidas deliberações.						
Curitiba						

Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S/A - CNPJ nº 04.557.307/0001-49		
<p>...continuação</p> <p>Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.</p> <p>Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis</p> <p>A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.</p> <p>Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.</p> <p>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis</p> <p>Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de</p>	<p>que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente de ser causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. 	<p>Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. <p>Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.</p> <p>Barueri, 25 de janeiro de 2024.</p> <p>RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S 2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP</p> <p>Roger Maciel de Oliveira Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP Sócio Responsável Técnico</p> <p> Russell Bedford taking you further</p>

ATAS - EDITAIS - BALANÇOS - SÚMULAS
CONCORRÊNCIAS - TOMADAS DE PREÇOS
AVISOS - COMUNICADOS E ANÚNCIOS.

Publicidade
legal é
coisa séria!

Consulte nossa equipe
de Publicidade Legal:

Ligue 41 3333-9800
publegal@induscom.com.br
ou pl@induscom.com.br



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 15/04/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code
para acessar a página de Publicações Legais no portal do
Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link:
https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 15/04/2024 08:58:17

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 24ca884477ddafcc314c862c7e1a497047117f2ace59b26df395ce5ef8721afd



Assinatura

Assinado em: 15/04/2024 11:12:56

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CNPJ: 09570162000130

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: 40c8fd48711a7cfd5c633e5916ac9923



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.39.131	-25.4345216,-49.2568576	Curitiba	80060-160	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 123.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 983/2020. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.

